

PFL quer uma campanha curta

O líder do PFL na Câmara, Inocêncio Oliveira (PE), apresenta nos próximos dias à Comissão Especial da Lei Eleitoral um projeto para encurtar o período de campanha. Ele quer reduzir a campanha a dois meses - agosto e setembro de 1998 - e o tempo de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão nos 30 dias de setembro.

"Isto não é apenas bom para o presidente Fernando Henrique Cardoso mas para o País, porque o custo de uma campanha eleitoral no Brasil é muito alto", argumentou Inocêncio. "A França só precisou de 20 dias para eleger o novo chefe de governo e idéias boas como esta devemos comprar."

A proposta agrada ao Palácio do Planalto, preocupado com a exposição de FHC à radicalização dos discursos eleitorais. Além do clima tenso provocado pela troca de acusações e dossiês entre aliados e oposições, o governo está atento aos movimentos sociais. "A campanha foi deflagrada precocemente, depois de aprovada a emenda da reeleição, e hoje os movimentos sociais estão fora do controle até mesmo das próprias esquerdas", avaliou um ministro.

Com a proposta de redução da campanha começam a surgir alternativas para aproveitar o máximo das transmissões políticas obrigatórias no rádio e na televisão. O presidente da Comissão da Lei Eleitoral, deputado Mendonça Filho (PFL-PE), vai propor à comissão que discuta "saídas criativas" para levar a propaganda eleitoral às televisões pagas.

Ele avisa que não quer onerar os canais pagos nem irritar os telespectadores que forem se refugiar nas TVs a cabo e por assinatura para fugir dos programas políticos. "Não defendo uma coisa impositiva e antipática nos canais abertos, interrompendo os filmes da HBO, por exemplo." Sua idéia é começar pelo canal do Senado. Afinal, raciocina, em tempos de campanha não há como manter o Congresso em funcionamento pleno, o que vai dificultar a produção dos programas da TV Senado. "Poderemos preencher o vazio da programação com a campanha política", sugere Mendonça Filho.